ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e ZÉ TRINDADE, estando licenciados os vereadores EDVALDO BRITO e LUIZ CARLOS SUÍCA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata a vereadora Marta Rodrigues, que questionou sobre Projetos aprovados na Sessão anterior, afirmando que o Projeto de Lei n. 242/19, sobre mudança de nome em escola, com a retirada do nome do educador Paulo Freire, fora votado sem que os vereadores soubessem do seu real teor. Afirmou que a CMS não poderia mudar o nome de uma escola sem debate e plebiscito, e enalteceu Paulo Freire. Ainda pediu inclusão da referência ao Substitutivo na referência ao Projeto de Lei n. 45/19. Também discutiu a Ata

o vereador Odiosvaldo Vigas, que citou livro de Paulo Freire e indagou qual vereador mais jovem não teria sido educado com base nesse educador, cuja importância destacou como patrono da educação brasileira. Considerou inadmissível a mudança do nome. Também discutiu a Ata a vereadora Aladilce Souza, que lembrou o registro de votos contrários da Oposição e criticou o modo como a votação do Projeto sobre o nome da escola se deu. Considerou inválida essa votação, em razão de ela e outros não terem, na oportunidade, noção do que seria votado. Considerou ter havido covardia do autor do Projeto. Por fim, a Ata foi aprovada com os devidos registros. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 658, 661 e 662/19 do Gabinete do Prefeito em resposta a pleitos da CMS; Projetos de Indicação n.s 1.788 a 1.861/19 da vereadora Marcelle Moraes, 1.862/19 da Comissão de Legislação Participativa, 1.863 a 1.868/19 da vereadora Marcelle Moraes e 1.869/19 do vereador Kiki Bispo; Projetos de Resolução n.s 223 e 224/19 do vereador Geraldo Júnior; Requerimentos n.s 245/19 da vereadora Ireuda Silva e 246/19 do vereador Marcos Mendes; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 134/19 da vereadora Aladilce Souza, 135/19 do vereador Toinho Carolino, 136/19 do vereador Sílvio Humberto e 137 do vereador Edvaldo Brito; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente consultou os pares sobre a possibilidade de votação de projetos de lei dos vereadores, e a resposta foi que não havia acordo para tanto. Vários vereadores expuseram cartazes enaltecendo Paulo Freire e protestando contra a mudança do nome da escola. Aberta a **Ordem do Dia**, foi incialmente apreciado o Projeto de Lei n. 428/19, de abono dos aposentados da Prefeitura. Subiu à Tribuna para Parecer conjunto, pelas Comissões de Constituição de Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 428/19 foi aprovado até a Redação Final. Nos **Registros**, o vereador Marcos Mendes informou audiência pública na Avenida Suburbana para

discutir o projeto de monotrilho do Governo do Estado, que criticou. Defendeu a educação pública de qualidade, contando ser filho de mãe solteira e ter sempre estudado em escola pública. Criticou o Governo Federal e o fechamento de escolas pelo Governo do Estado, bem como a privatização da coordenação das escolas municipais. Em comunicação inadiável, o vereador Zé Trindade informou Requerimento relativo a ofensa proferida por secretário municipal ao vereador Alexandre Aleluia. O senhor presidente pediu que se encaminhasse a questão ao procurador parlamentar e ao corregedor da CMS, respectivamente os vereadores Edvaldo Brito e Duda Sanches. O vereador Alex Mine saudou a aprovação de Projeto sobre os socorristas de emergências, agradecendo o apoio do vereador Cezar Leite. Discorreu sobre as ambulâncias e seus condutores. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza lamentou a não-votação dos projetos de vereadores, lembrando que eles estavam na pauta da Sessão anterior, tendo sido retirados a pedido do líder da Oposição sob a condição de serem votados nesta Sessão. Apontou projetos importantes e criticou a quebra de acordo. O senhor presidente disse que compreendia a posição do vereador Luiz Carlos de Souza, mas que era preciso respeitar a vontade dos demais vereadores. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Daniel Rios (9 de dezembro), Edvaldo Brito (18 e 19 de dezembro), Ireuda Silva (16 de dezembro) e Luiz Carlos Suíca (18 de dezembro). Foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 246/19. Pela ordem, o vereador Sidninho, líder da Oposição contestou a declaração do vereador Luiz Carlos de Souza, expondo como se dera o planejamento da votação na Sessão anterior. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza pediu que se votasse o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), afirmando que não havia condições de se votarem outros projetos, como o que envolvia renúncia de receitas. O senhor presidente disse que somente seriam votados projetos sobre os quais houvesse entendimento. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo observou que vereadores que aprovaram Sessão sobre intolerância haviam votado a favor de vídeo que ofendia cristãos. Teve a palavra o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo,

que comentou sobre o que havia sido acordado para votação, sendo sucedido, em semelhante exposição, pelo senhor presidente, que explicou que apenas o Refis e a outorga onerosa não constavam de acordo. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia pediu um tempo extra nos Registros para responder a ataques dirigidos a si. Pela ordem, o vereador Zé Trindade pediu que fossem votados apenas os projetos que eram objeto de acordo. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n. 3/19, do regime de Previdência complementar. Após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 3/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Hélio Ferreira e Marta Rodrigues, e abstenção dos vereadores Moisés Rocha, Sílvio Humberto e Zé Trindade. Declarando voto, a vereadora Aladilce Souza historiou o modelo previdenciário municipal e criticou a mudança trazida com o Projeto. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida lembrou que os vereadores eram cobrados pelo que faziam em Plenário e pediu a votação dos projetos que seriam votados na Sessão anterior. Retomando os **Registros**, o vereador Teo Senna destacou a importância de Paulo Freire como patrono da educação e lamentou que fatores ideológicos se sobrepusessem a isso. Comentou sobre a reação negativa dos alunos da escola cujo nome fora alterado e afirmou que uma votação não pode ser pautada por fatores pessoais. O senhor presidente apelou para que adentrassem o processo de votação da LOA, deixando o prosseguimento dos Registros para após a votação. Em resposta, o Plenário discordou. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza pediu que se fizessem todos os Registros antes da votação da LOA e lembrou que havia sido acordada a votação de quatro projetos de cada vereador. O senhor presidente sugeriu que o vereador Luiz Carlos de Souza tentasse convencer os pares a votarem seus projetos. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto lembrou a votação de várias proposições na Sessão anterior, a qual apenas não havia incluído o que não era objeto de acordo. Retomando os Registros, o vereador Moisés Rocha discordou de que a Casa tivesse de mostrar trabalho, lembrando os recordes de produtividade quebrados neste ano. Rejeitou que cada um tentasse

impor seu ponto de vista e que intolerância religiosa fosse confundida com liberdade de expressão. Disse que, por esse raciocínio, nomes de generais teriam de ser removidos de espaços públicos. Negou que houvesse quebra de acordo neste momento, afirmando que o acordo fora quebrado no momento em que não se cumpriu a medida de quatro projetos por edil. O vereador Orlando Palhinha elogiou as realizações do prefeito, especialmente as obras do Mané Dendê e do Paraguari. Criticou o Governo do Estado pelo monotrilho. Em seguida, após urgências urgentíssimas aprovadas, foram apreciados os Projetos de Resolução n.s 223/19 e 224/19. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado. Por fim, após discutidos e votados, os Projetos de Resolução n.s 223/19 e 224/19 foram aprovados, até a Redação Final, com abstenção do vereador Marcos Mendes. O vereador Zé Trindade discorreu sobre irregularidades em empresas de construção que atuavam pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. Pediu que os contratos dessas empresas fossem examinados. O vereador Toinho Carolino associou-se ao vereador Teo Senna quanto ao projeto que alterou o nome de escola. Elogiou o governador Rui Costa e criticou a obra do *Bus Rapid Transit* (BRT). Ressaltou a civilidade demonstrada pelo governador e pelo prefeito no dia anterior. O vereador Isnard Araújo comentou sobre o Projeto para duplicação da BA-580, no trecho da Estrada do Derba. Disse que seria preciso a atuação do Governo do Estado e expôs sobre a importância da via. Pediu que a população da Periferia fosse ouvida sobre o projeto do monotrilho, o Veículo Leve de Transporte (VLT). Afirmou que houvera quebra de acordo no dia anterior. Pela ordem, o vereador Sidninho, líder da Oposição, pediu que fosse apreciado o Projeto da LOA. Não havendo consenso sobre isso, foram mantidos os Registros. O vereador Alexandre Aleluia leu o Relatório sobre a CCJ, expondo números e ações. Prosseguiu, nos Registros, dizendo que seu Projeto para mudança em nome de escola estava na pauta com Ementa clara. Afrimou que alguns não haviam lido a Ementa e que os que eram

contrários ao Projeto eram apoiadores de Paulo Freire, a quem criticou, afirmando que ele deteriorara a educação, além de ser maoísta e apoiar os que matavam cristãos. Disse que estava ali para debater e desafiou qualquer um a isso. A Sessão foi prorrogada por uma hora. A vereadora Marta Rodrigues rebateu o discurso que a antecedera, afirmando que um absurdo havia sido criado por ódio e rancor. Criticou a mudança no nome da escola, defendendo um levante como o dos Malês. Declarou orgulho em ter estudado em escola pública e disse que educadores levariam documento, ao prefeito, pedindo o veto total a esse Projeto. O vereador Cezar Leite repudiou o espancamento sofrido por uma lésbica de direita, afirmando que militantes de esquerda defendiam os homossexuais que seguissem sua linha de pensamento, fazendo o contrário quando eram divergentes. Comentou sobre a crise do Hospital Espanhol e criticou que fosse aventado seu uso frente à crise no sistema de saúde do servidor estadual (Planserv). Indagou de onde sairia dinheiro para isso. O vereador Hélio Ferreira lamentou a raiva sobre Paulo Freire, cujo método defendeu. Relatou as ações da Comissão de Transporte, avaliando como positivo o debate realizado no seu âmbito. Assumiu a Presidência o vereador Orlando Palhinha. O vereador Sílvio Humberto declarou indignação com a ofensa à imagem de Paulo Freire. Afirmou que quem entende de educação entende o que almejava Paulo Freire, cujo método explicou ser relacionado a evitar a opressão e fomentar a crítica. Afirmou ainda que, sem essa concepção, oprimidos se sujeitariam voluntariamente à opressão. Disse que ocorrera quebra de acordo e tratamento sub-reptício ao Projeto sobre o nome da escola. Reassumiu a Presidência o senhor presidente Geraldo Júnior. O vereador Sérgio Nogueira agradeceu a Deus e aos colegas pelo trabalho que se encerrava. Comentou sobre a sucessão municipal, afirmando que o PT defendia candidata negra, mas o governador preferia candidato branco. Disse que o vice-prefeito Bruno Reis seria o novo prefeito, e o prefeito ACM Neto, o novo governador. Pela ordem, o vereador Sidninho reencaminhou pedido para a votação do Projeto da LOA. O líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior, disse que eram importantes

as falas dos oito vereadores que restavam nos Registros. A vereadora Aladilce Souza atribuiu aos que atacavam Paulo Freire os adjetivos que a ele eram dirigidos. Enalteceu o método desse educador, situando-o acima dos ataques a ele. Expôs sobre seu reconhecimento internacional e apontou os ataques como falaciosos e desabonadores à CMS. Disse que a votação sobre a escola não fora legítima e pediu sua revogação. A vereadora Marcelle Moraes lembrou o acordo feito na Sessão anterior e disse que, por retaliação ao Projeto sobre o nome da escola, ela e outros edis eram prejudicados, e deixavam de ser votados projetos importantes para a Cidade. Apelou aos pares pela votação. O senhor presidente consultou alguns edis sobre a possibilidade dessa votação, havendo a negativa de alguns, e tendo o vereador Paulo Magalhães Júnior proposto essa votação após a votação da LOA. Perla ordem, pediu o mesmo a vereadora Lorena Brandão, expondo sobre Projeto seu a ser votado. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo propôs nova Sessão na segunda-feira, para a votação dos projetos de vereadores. Pela ordem, o vereador Zé Trindade concordou com a ideia, alertando sobre o limite cronológico regimental até a sexta-feira e pedindo reunião dos edis a respeito. Em comunicação inadiável, o vereador Cezar Leite informou Veto do Presidente Bolsonaro que reputou positivo para a Medicina. O vereador Luiz Carlos de Souza elogiou a condução do senhor presidente e endossou a fala da vereadora Marcelle Moraes sobre o acordo. Discutiu a questão da intolerância religiosa e liberdade de expressão, lembrando um ato de intolerância a religião alheia sobre o qual ele se pusera contra e lamentando que o mesmo não ocorresse quanto à religião que seguia. A vereadora Cátia Rodrigues declarou indignação com o vídeo natalino do grupo Porta dos Fundos, que colocava Jesus Cristo como homossexual, Maria como amante de Deus e os discípulos de Jesus como embriagados. Agradeceu, aos pares, a aprovação da sua Moção de repúdio a esse respeito, no dia anterior, e observou que vereadores contrários à intolerância religiosa foram contrários à sua Moção. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha comentou passagem do vídeo natalino que afirmava mandamento cristão sobre

amar os inimigos. Apontou homofobia em ver ofensa num Jesus retratado como homossexual. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que votara contra a Moção por entender que o vídeo era uma obra de criação artística e não atacava religião. Indagou por que Jesus não poderia ser homossexual, e alguns vereadores cristãos reagiram contrariamente a essa fala. Feita verificação nominal de *quorum*, foi aferida a presença de 38 vereadores. O vereador Kiki Bispo comentou matéria sobre a venda, pelo Governo do Estado, da sede do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), da Rodoviária e do Centro de Convenções. Considerou que o Governo fazia um novo Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e buscava levantar recursos, e criticou o fechamento da escola estadual Odorico Tavares, que era tida como modelo e a cujos alunos e diretoria se associou. Apontou graves problemas na Educação estadual. O vereador Joceval Rodrigues elogiou a Moção da vereadora Cátia Rodrigues e enalteceu o legado de Jesus Cristo, criticando quem tentava degradar sua imagem. Afirmou que o problema não residia na homossexualidade, mas, na intenção de fazer piada com uma entidade religiosa. A Sessão foi prorrogada por uma hora. O vereador Paulo Magalhães Júnior disse que, como católico, ficara chocado com declaração de vereadora sobre Jesus Cristo. Enalteceu o legado construído pelo prefeito e afirmou que o ano seguinte seria de muitas realizações. Desejou um feliz Natal e um feliz Ano-Novo a todos. Em comunicação inadiável, o vereador Carlos Muniz comentou sobre a votação de projeto sem o conhecimento de vereadores. Lembrou uma antiga votação de projeto feita desse modo, quando ele chamara a atenção sobre a criação de muitos cargos, e nenhum dos pares se manifestara a respeito. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 320/19, da Lei Orçamentária Anual (LOA). Havendo duas Emendas, subiu à Tribuna para Parecer, pela Comissão de Finanças, o vereador Joceval Rodrigues, cujo Parecer foi favorável a ambas as Emendas. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando na votação no Plenário. Havendo mais duas Emendas, da vereadora Aladilce Souza, o Parecer a ambas foi pela rejeição.

Colhidos os votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi aprovado, contra os votos dos vereadores Marta Rodrigues e Sidninho. Submetidas ao Plenário, as Emendas foram rejeitadas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Moisés Rocha, Sidninho e Sílvio Humberto. Em discussão, a vereadora Aladilce Souza expôs sobre a importância da LOA para as políticas públicas e a consequente responsabilidade nesta votação. Lembrou modelo participativo de orçamento já praticado na Casa. Expôs sobre uma das Emendas que apresentara, defendendo o modelo de emenda impositiva e explicando que tentara promover reajuste para os servidores. Expôs sobre as diversas áreas sobre as quais produzira Emenda. A Sessão foi prorrogada por uma hora. A vereadora Marta Rodrigues fez análise comparativa sobre previsões de receitas e despesas, apontando falta de critérios por parte do Executivo, com a não-realização de previsões. Comparou números relacionados a variadas áreas da gestão municipal, demonstrando valores reduzidos para as Secretarias da Reparação e das Mulheres e Juventude. Defendeu a rejeição da peça orçamentária, informando que 111 emendas de vereadores foram apresentadas, não tendo sido incorporadas. O vereador Zé Trindade discorreu sobre a Saúde municipal, expondo relatório de cirurgias realizadas no Hospital Municipal. Disse que o orçamento para essa unidade era de oito milhões mensais e considerou que pouco era feito com esse montante, havendo uma média de cinco cirurgias urológicas mensais. Considerou vergonhoso o relatório, pedindo que ele fosse encaminhado ao prefeito. Afirmou que Salvador tinha a pior atenção básica do Estado, segundo relatório do Ministério da Saúde. Afirmou ainda que o problema não era de dinheiro, mas, de gestão, pois Salvador aplicava 19% do Orçamento em Saúde, mais do que o parâmetro constitucional de 15%. Relatou informação, do prefeito, de que, dos 411 aprovados em concurso para a Saúde, apenas 10% haviam atendido a convocação, o que considerou se dever às más condições da Saúde. Seguiu apresentando números indicativos de problemas. O vereador Marcos Mendes sublinhou que a LOA mirava curto prazo e expôs que seu mandato

apresentara 27 Emendas em Educação, preservação socioambiental, Saúde, proteção a crianças e adolescentes, apoio a LGBTs e apoio à diversidade racial. Comentou sobre o total de 111 Emendas, todas rejeitadas, considerando que isso era desfavorável ao Orçamento. Relatou os muitos problemas básicos e sérios encontrados em visitas a escolas municipais. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 320/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Cezar Leite, Hélio Ferreira, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Zé Trindade. Posteriormente, após urgência urgentíssima aprovada, foi apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei n. 357/19, o qual, após discutido e votado, foi aprovado até a Redação Final. Em seguida, deu-se o prazo de 15 minutos para a finalização da presente Ata. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para o dia 3 de fevereiro de 2020. REGISTROS: registros do vereador Odiosvaldo Vigas e Toinho Carolino.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO